

## MOÇÃO

### **Pela defesa de uma rede ferroviária suburbana entre Porto e Barcelos**

Portugal é hoje dos países da União Europeia com maior desequilíbrio no transporte, em termos de quotas de mercado, entre os modos rodoviário e ferroviário (passageiros e mercadorias), com todas as repercussões que esse perfil implica no acréscimo de emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE).

Apostar no transporte ferroviário como “o transporte mais amigo do planeta”, significa decidir sobre uma proposta modernizadora e requalificadora da rede ferroviária que temos e que queremos ter no final do primeiro quartel do século XXI. Tal prioridade acabará por ter efeitos concretos na redução da dependência de produtos petrolíferos, ao mesmo tempo que promoverá o direito à mobilidade para todos e o reforço da coesão social e territorial.

Historicamente, foi importantíssimo o papel de alavancagem do processo de desenvolvimento e da modernização que o caminho-de-ferro sempre teve nos territórios aonde chegava. Passou-se em Barcelos, como se passou em muitas outros concelhos do país, o transporte ferroviário sempre foi um incentivo essencial ao desenvolvimento, cumprindo uma importante função de acessibilidade inter-regional e local.

Atualmente, a Linha do Minho que serve Barcelos com um encargo ferroviário de passageiros oferecido pela Comboios de Portugal, está reduzida a um serviço Regional e Inter-regional com uma frequência de 20 comboios diários (10 em cada direção). Em termos de comodidade e de rapidez de deslocação (sempre superior a 1 hora entre Barcelos e Porto), acrescido de um custo elevado dos bilhetes (veja-se a diferença de preço entre Braga/Porto e Barcelos/Porto), o transporte ferroviário não consegue ser uma alternativa modal às acessibilidades rodoviárias que têm sido construídas nas últimas décadas.

Segundo dados PORDATA, 2016, estamos a falar de uma população municipal de 118.144 habitantes com uma densidade populacional de 311 hab/Km<sup>2</sup> (bem superior à média nacional), com uma parte significativa da população ativa a trabalhar e estudar fora do concelho com mobilidade diária, o que configura um potencial origem-destino em fluxos pendulares.

Agora que foi inaugurada, mesmo que em fase experimental, a eletrificação da linha do Minho até Barcelos, há que saber rentabilizar este corredor ferroviário tornando este modo de transporte

reconhecidamente vantajoso e “amigo do ambiente”, numa real alternativa de mobilidade. Urge reivindicar um verdadeiro serviço de qualidade para a população do concelho, pois representa mais segurança, mais conforto e flexibilidade para os passageiros e maior competitividade no transporte de mercadorias.

Por outro lado, não de somenos importância, a sustentabilidade ambiental das opções modais e a relevância dos compromissos nacionais assumidos na COP21 - Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática - em favor da redução das emissões de gases com efeito de estufa, impõe uma opção estratégica claramente em favor da ferrovia e dos modos de transportes não poluentes em detrimento do modo rodoviário, como meio de alcançar a satisfação dos objetivos de redução das emissões poluentes até 2030.

Assim, a Assembleia Municipal de Barcelos, reunida em sessão ordinária do dia 30 de novembro de 2018, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Barcelos que proponha ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas a extensão da rede suburbana da CP à ligação Porto-Barcelos, à semelhança do que existe, por exemplo, com a ligação Porto-Braga e Porto-Guimarães;
2. Atendendo a que o novo regime jurídico de transportes públicos de passageiros, definido pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, estabelece no n.º 2 art.º 6º que “Os municípios podem associar-se com vista à prossecução conjunta de parte ou da totalidade das respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais ou delegar, designadamente em comunidades intermunicipais ou nas áreas metropolitanas, as respetivas competências”, também se recomenda à Câmara Municipal de Barcelos que proponha ao Ministério do Planeamento e das Infraestruturas o seguinte:

- a) Articular autoridades de transportes da AMP e das CIM Ave e Cávado;
- b) Integrar o serviço no Programa de Apoio à Redução Tarifária.

Barcelos, 28 de Novembro de 2018

Os deputados municipais do BE

José Maria Cardoso

José Augusto Figueiredo